



Pensamento do Dia

Economistas analisam a Economia, o Brasil e o mundo, na mídia diária 11 02 2010

Valor Econômico - 11/02/2010

O Brazil, na visão da revista inglesa "The Economist"

Alexandre de Freitas Barbosa

O que surpreende é a semelhança da fórmula usada pela revista e pelo Times, em artigo publicado há 130 anos

No fim do ano, a revista inglesa "The Economist" publicou extensa matéria sobre o Brasil. Com linguajar coloquial, temperado com economês de livro-texto e recheado de entrevistas com gestores de fundos de investimentos e de empresas multinacionais, ex-professores convertidos em banqueiros e consultores estrangeiros, além de um ou outro pé-rapado que deu certo, ficamos sabendo que o Brasil pode chegar lá. A receita parece evidente: menos Estado e mais capital externo; menos intelectuais, mais empreendedorismo.

Lembrei-me então de uma crônica escrita por Eça de Queiroz por volta de 1880 e publicada no livro "Cartas de Inglaterra". Ele relata como naquele tempo o Brasil ocupara, ao menos por uma temporada, o noticiário europeu, motivado por uma matéria no prestigioso "Times". Ainda que revele jamais ter visitado nosso "Império", já nos estertores, Eça diverte-se com as astúcias do correspondente inglês. Esse, por mais que se quisesse um revelador do mundo nos trópicos, ao salpicar seus comentários ácidos com doses calculadas de economia, história e cultura, não passava de "consciência escrita da classe média da Inglaterra".

Depois de "vinte de linhas de êxtase" sobre o gigante e sua grandiloquente natureza, não sem ostentar certo ar de patrocínio, já que "todo trabalho aí empreendido para fazer produzir a natureza é dos estrangeiros", coincidentemente ingleses, algumas "circunstâncias desconsoladoras" eram observadas pelo correspondente de Eça. Uma torrente de dados desfilava como que em procissão, acompanhada de cálculos e comparações mirabolantes. Em seguida, o veredicto sobre o Brasil: "A escassez da população, de rendimento e de comércio são uma prova de que faltam a esse povo algumas das qualidades que fazem a grandeza das nações".

O sarcasmo de Eça conduz de forma sutil o texto ao seu desenlace: diferentemente dos seus vizinhos sul-americanos, preguiçosos e altaneiros, que desprezam a opinião da Europa, o Brasil pode escolher entre deixar sua riqueza estéril ou multiplicá-la pelo trabalho, desde que sob supervisão dos mais experientes...

Chega a ser surpreendente a semelhança da fórmula utilizada pela também inglesa "The Economist" ao escrever sobre o Brasil mais de um século depois. O correspondente do século XXI começa igualmente enumerando o nosso vasto potencial composto de esplêndida oferta de água, abundantes florestas tropicais, solo fértil e riqueza mineral.

Apesar disso tudo, diz ele, investidores estrangeiros teriam perdido fortunas na crença do Brasil como país do futuro. Mas isso foi no passado. Agora o país vive o seu melhor momento desde que "um grupo de navegantes portugueses desembarcou em sua costa".

Um calibrado ufanismo permeia o artigo. O Brasil pode fazer parte no futuro próximo das cinco maiores economias do planeta, já que se tornou autossuficiente em petróleo, adquiriu o "investment grade", se tornou credor do FMI e tem recebido uma nova onda de investimentos externos.

Ressalta que isso se deve, em grande medida, ao "bom senso" dos governos recentes, "em especial o do governo Fernando Henrique, que criou um ambiente econômico estável e favorável para os negócios". Não fosse a interferência governamental - o país sofre de uma espécie de desconfiança genética pelo livre mercado - e o correspondente não teria pejo em embarcar no conto do "país do futuro". Somos então brindados com a hipótese de que Lula, O Sortudo, teria se saído bem por não ter feito nada.

Nosso correspondente faz algumas incursões pela história econômica brasileira que são de arrepiar. O Brasil teria ficado estagnado no século XIX - isso não é verdade para a segunda metade, como nos mostrou Celso Furtado há 50 anos - e visto o seu modelo econômico se estilhaçar durante as crises do petróleo (para o correspondente não houve II PND). Mais à frente, somos informados que o Brasil viveu um ciclo de metais preciosos no século XVII e que o boom do açúcar se localizou no século XVIII! Se não quisesse ler o mestre Furtado - disponível em inglês - nosso correspondente poderia ter feito uma rápida busca em alguma enciclopédia virtual.

Não se trata de mera falta de conhecimento sobre o Brasil. O mais grave é que, ao recontar a história econômica brasileira a seu bel-prazer, tal como fizera o correspondente do "Times", o escriba da The Economist pôde situar o momento da virada do Brasil como aquele que melhor se casava com o script que trouxe pronto da pátria mãe: "the real miracle happened in 1994, when a team of economists under Cardoso."

Os investidores externos são encarados como ingênuos aplicadores que veem seu capital se dissolver frente às mudanças macroeconômicas e ao intervencionismo estatal. Ora, qualquer análise minimamente imparcial pode atestar o fato de que no pré-1930, no governo JK, na ditadura militar, no governo FHC ou no de Lula, o único elemento comum - apesar das diferenças de modelo econômico - é o excessivo zelo pelo capital externo, que geralmente corresponde, especialmente quando a economia encontra-se em processo de expansão, assegurando para si elevados níveis de rentabilidade.

Além do Estado brasileiro, tachado de "autodestrutivo", da Constituição, caracterizada como um "monumento à indexação", do MST, "promotor de invasões", e do "jeitinho brasileiro", nosso correspondente não "gosta" do BNDES, extremamente "nacionalista" e "intervencionista".

A recente queda da pobreza e da desigualdade é saudada pelo correspondente cristão. Supostamente ela se relaciona com a ascensão de uma mítica nova classe média, com o programa Bolsa Família e o aumento do salário mínimo, processos que parecem surgir de forma espontânea, como que guiados pelo Deus mercado ou pela doutrina das políticas sociais focalizadas.

Para concluir sua incursão sobre o "futuro do país do futuro", ele decide fazer uso de um pingue-pongue entre o Brasil e os Estados Unidos, do tipo uns são pobres, outros ricos, uns gostam do governo, outros da iniciativa privada.

Como se percebesse a simplicidade da fórmula, ele descobre que o Brasil são dois: um moderno e outro tradicional. O primeiro Brasil, dos negócios e das finanças, deve predominar sobre o Brasil do crime, da impunidade, da burocracia e da pobreza. Essa a conclusão fascinante do seu opúsculo pré-euclidiano.

O ensaio da "The Economist" sobre o Brasil poderia ser encarado como apenas mais um capítulo do denso volume da história das ideias escrita por "eles" sobre "nós". O problema é que essas elucubrações do Império - hoje não mais sediado territorialmente - apenas reverberam a cantilena local dos nossos falsos cosmopolitas. Comungam da mesma visão de mundo e dos mesmos interesses materiais.

Por isso, não podemos deixar que o espelho deformado do Brazil afete os destinos do Brasil real, que fala um idioma que já passou de português, possui uma imensa dívida social, tem sede de soberania e apenas desperta - depois de uma longa insônia - para o sonho do desenvolvimento.

Alexandre de Freitas Barbosa é doutor em Economia Aplicada pela Unicamp e professor de História Econômica do IEB/USP.

Folha de S.Paulo 11 02 2010
PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.
A Grécia e o FMI

***A Europa tem enorme influência
no FMI, mas recorrer ao Fundo
seria uma perda de prestígio
intolerável!***

SERIA A Grécia um novo Lehman, capaz de desencadear uma nova rodada de turbulências financeiras em escala global, ou pelo menos europeia? O dilema das autoridades europeias é, de fato, semelhante ao que enfrentavam as autoridades americanas na época da crise do Lehman Brothers, como notou o economista Eduardo Loyola, meu antecessor aqui no FMI.

De um lado, socorrer a Grécia pode estimular comportamentos irresponsáveis de outros países e pedidos de apoio de outros integrantes da zona do euro que estão sob forte pressão neste momento. É o chamado risco moral ("moral hazard"). De outro, deixar a Grécia quebrar traz o risco de provocar a propagação da crise financeira para outros países do Mediterrâneo.

A decisão de deixar o Lehman quebrar foi celebrada inicialmente (inclusive por alguns no FMI) como o restabelecimento da "disciplina do mercado". A celebração não durou 48 horas. Quando o colapso do banco de investimentos contagiou a AIG -uma das maiores (se não a maior) seguradoras do mundo-, as autoridades americanas jogaram as preocupações com o "risco moral" para o espaço e patrocinaram uma operação gigantesca de salvamento da companhia.

No caso da Grécia, o risco de contágio também é alto. Portugal e Espanha já sentem os efeitos da turbulência. A Itália também pode ser afetada. Alguns economistas temem que até o Reino Unido possa ser tragado por um alastramento da crise. Foi o que declarou, por exemplo, Simon Johnson, ex-economista chefe do FMI, apontando para a fragilidade das contas fiscais britânicas.

Um aspecto parece claro: a Grécia dificilmente conseguirá administrar a crise sem apoio financeiro externo. A primeira alternativa é obter apoio da Europa (ou de alguns países europeus). A segunda alternativa é o FMI. Uma terceira possibilidade (talvez a melhor) é combinar as duas alternativas, como ocorreu no caso da Hungria, da Romênia e da Letônia, por exemplo. A dificuldade é que a Grécia integra a zona do euro. As regras da área do euro dificultam operações de socorro. Por outro lado, apelar para o FMI é visto como uma humilhação.

Seria a primeira vez em que um país da área do euro recorreria ao Fundo. Alguns europeus importantes temem a perda de prestígio do euro e de instituições como o Banco Central Europeu. No início desta semana, o ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schäuble, disse enfaticamente: "A Grécia é um assunto dos europeus, e não do Fundo Monetário Internacional". Veja, leitor, o paradoxo. A Europa está super-representada no FMI.

Diria mesmo: escandalosamente sobrerrepresentada. A União Europeia detém quase um terço do poder de voto na instituição (quase o dobro dos Estados Unidos). Por tradição, um europeu sempre ocupa o cargo mais alto do Fundo, o de diretor-gerente. No momento, os europeus comandam 9 das 24 cadeiras da diretoria. Nas reuniões da diretoria-executiva do FMI, não raro, temos que exercer toda a nossa paciência e escutar nove vezes a mesma mensagem...

Em outras palavras, a Europa tem uma enorme influência, uma influência até excessiva aqui no FMI. E, no entanto, a Grécia ou qualquer outro país do euro recorrer ao Fundo seria uma perda de prestígio intolerável para os europeus!

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR., 54 é diretor-executivo no FMI, onde representa um grupo de nove países (Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago), mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal.

Valor Econômico 11 02 2010

Futuro das ocupações em pequenos empreendimentos

Marcio Pochmann

Nas duas últimas décadas, o avanço do processo de reestruturação patrimonial, por meio de fusão e incorporação em grandes empresas, tornou o poder econômico ainda mais concentrado. Ainda assim, os pequenos empreendimentos não perderam importância relativa na geração de trabalho e renda, obtendo adicional potencial de expansão associado ao movimento de terceirização da produção de bens e serviços.

Em 2008, o Brasil registrou a presença de 92,4 milhões de ocupados. Desse universo, 60,8 milhões (65,8%) estavam submetidos ao emprego assalariado, sendo 66% com carteira assinada e 34% sem contrato de trabalho formal. Ocupados não assalariados (31,6 milhões) dividiam-se em 20,2% de trabalhadores por conta própria; 5% de trabalhadores sem remuneração; 4,6% de trabalhadores em atividades próprias de produção, consumo e construção; e 4,4% de empregadores.

No segmento de pequenos empreendimentos (de até dez postos de trabalho), as ocupações se dividiam em 48,7% de trabalhadores por conta própria, 43% de empregados assalariados e 8,3% de empregadores. Enquanto os empregados em pequenos negócios representavam 27,1% do total de trabalhadores assalariados do país, os empregadores respondiam por 78% do total de empresários. Os postos de trabalho por conta eram todos constituídos por pequenos negócios.

Em 2008, o rendimento médio mensal do conjunto dos ocupados nos pequenos empreendimentos foi de R\$ 902,00, sendo de R\$ 633,03 para os empregados assalariados; de R\$ 2.607,00 para empregadores e de R\$ 807,34 para os trabalhadores por conta própria. O total da massa de rendimentos do segmento ocupacional de pequenos empreendimentos era composto por 26,1% da renda dos empregadores; 27,3% dos salários dos empregados; e 46,6% das remunerações dos trabalhadores por conta própria.

Por setor de atividade econômica, nota-se maior concentração ocupacional no ramo do comércio, alojamento e alimentação, com 40,2% do total dos postos de trabalho, seguido da educação, saúde e demais serviços coletivos (16,5%); da indústria (14,8%); da construção civil (14,7%); transporte e comunicação (6,5%); e outras atividades (7,3%).

Esse segmento era constituído, em 2008, por 31 milhões de ocupações, ou seja, 2,1 vezes maior que em 1989 (14,6 milhões). Os novos postos de trabalho gerados nesse período (863 mil ocupações por ano, em média) corresponderam a 61,6% do total das ocupações não agrícolas do setor privado abertas pelo Brasil. Esse adicional de novos postos levou ao rebaixamento do rendimento médio dos ocupados, que caiu 14,5% em termos reais entre 1989 e 2008. Com isso, ocorreu o aumento da quantidade de pobres entre os ocupados no setor, embora com redução da taxa de pobreza absoluta de 30,8% para 17,4%.

O aumento da participação dos pequenos empreendimentos ocorreu, por um lado, associado ao quadro econômico desfavorável das décadas 1980/1990, que ampliou o papel dos pequenos negócios (produção, vendedores ambulantes, prestadores de

serviços de qualquer natureza, inclusive ilegais) no abrigo do excedente da força de trabalho. O resultado foi o menor desemprego aberto no país, mas com rebaixamento do nível de rendimento geral dos ocupados e a precarização dos postos de trabalho. Por outro lado, esse aumento ocorreu devido ao movimento geral de reestruturação das grandes empresas privadas, à reformulação do papel do Estado, bem como à expansão dos pequenos negócios, nem sempre associada à baixa remuneração e precariedade dos postos de trabalho. Assim, o segmento dos pequenos negócios tornou-se ainda mais heterogêneo.

Com relação à evolução da ocupação no segmento de pequenos empreendimentos, observa-se que a faixa etária de 25 a 39 anos de idade foi a que mais se beneficiou pela geração de postos de trabalho (quase 58% das novas ocupações). No quesito educacional, constata-se que os trabalhadores com escolaridade equivalente ao ensino médio absorveram cerca de 54% do total das novas ocupações geradas no setor, enquanto o ensino fundamental registrou menos de 28% entre 1989 e 2008.

Destaca-se a geração de 3,1 milhões de novos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com ensino superior (18,9% do total). Por fim, entre 1989 e 2008, o comércio foi responsável por 43,9% de todas as vagas abertas e o setor da construção civil ocupou a segunda colocação em termos de geração de postos de trabalho (15,8%). O setor industrial e os serviços coletivos (educação, saúde, entre outros) responderam juntos por 28% do total das novas ocupações.

A se manter a mesma taxa de expansão média anual da ocupação em empreendimentos privados não agrícolas com até dez trabalhadores, verificada entre 1989 e 2008, o Brasil deverá registrar, em 2020, 46% do total dos postos de trabalho pertencentes aos pequenos negócios. Cabe destacar, contudo, que o forte ritmo na geração de novos postos de trabalho nos pequenos negócios não ocorreu da mesma forma na proteção social e trabalhista.

Para cada grupo de dez postos de trabalho abertos pelos pequenos negócios, somente quatro foram protegidos pela legislação trabalhista. A presença de ocupações precárias e de baixa remuneração continua a ser um dos problemas estruturais que atingem os pequenos negócios no Brasil, uma vez que, se mantendo a mesma taxa média anual no setor (0,97%), o Brasil poderá ter, em 2020, 63,1% do total das vagas sem proteção social e trabalhista.

O país precisa rever o papel do conjunto das políticas públicas voltadas aos pequenos empreendimentos. A reordenação das políticas macroeconômicas e sociais capazes de atender à plenitude das especificidades dos pequenos negócios constitui desafio inadiável quanto à escala e ações coordenadas no campo tributário, creditício, comercial, tecnológico, previdenciário, educacional e de formação, e legal. Não obstante, existem avanços, como a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, reorientações às compras governamentais, de reafirmação do papel de apoio do Sebrae e revisão do crédito popular. Mas, se projetado no tempo o potencial de abertura de novas ocupações pelos pequenos negócios no Brasil, percebe-se que há, ainda, muito o que ser feito, inclusive seguindo modalidades de ações governamentais já experimentadas por outras nações.

Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Blog do Estadão 10 02 2010

PAUL KRUGMAN

Perdido (sobre Obama)

Nesse caso, concordo com **Simon Johnson**: como é possível, a essa altura dos acontecimentos, que Obama se mostre tão perdido? A mais recente **manchete do site da Bloomberg** contém trechos de uma entrevista concedida pelo presidente à *Business Week*, nos quais lemos o seguinte:

O presidente Barack Obama disse não estar "magoado" por causa da bonificação de US\$ 17 milhões oferecida ao diretor executivo do banco JPMorgan Chase & Co., Jamie Dimon, e nem por causa dos US\$ 9 milhões recebidos por Lloyd Blankfein, diretor executivo do Goldman Sachs Group Inc., destacando que alguns atletas recebem quantias ainda maiores.

O presidente, respondendo a uma pergunta feita durante a entrevista, disse que, apesar de US\$ 17 milhões serem "uma quantia extraordinária" para os padrões do cidadão comum, "há jogadores de beisebol que ganham mais do que isso e nem sequer chegam à final do campeonato, e isso me choca da mesma maneira".

"Conheço esses dois sujeitos; são executivos muito experientes e sensatos", disse Obama em entrevista concedida ontem (terça-feira, 9) à *Bloomberg Business Week* no Salão Oval. A revista chega às bancas na sexta-feira. "Como a maioria dos americanos, não fico magoado com o sucesso ou a riqueza dos outros. São coisas que fazem parte do sistema de livre mercado."

Obama buscava combater impressões segundo as quais seu governo seria contrário às empresas, elogiando a influência exercida pelos líderes corporativos na determinação de suas medidas econômicas. Ele planeja reiterar essa mensagem quando se reunir com a Business Roundtable – entidade que representa as lideranças de muitas das maiores empresas americanas – no dia 24 de fevereiro em Washington.

Meu. Deus. Do Céu.

Primeiro, que eu saiba, o comportamento irresponsável de jogadores de beisebol não deixou a economia mundial à beira do colapso nem custou a milhões de americanos inocentes seus empregos e/ou imóveis.

Mais especificamente, a indústria financeira não foi apenas resgatada por meio do comprometimento do contribuinte; ela continua a depender do lastro do contribuinte para garantir sua estabilidade. Não é preciso acreditar em minhas palavras. As próprias **agências de classificação de crédito** o dizem:

A reforma planejada para a regulamentação financeira dos Estados Unidos levou a Standard & Poor's a alertar na terça-feira que a classificação de crédito do Citigroup e do Bank of America poderia ser rebaixada em decorrência da possibilidade dessa reforma tornar menos provável que tais bancos sejam resgatados pelo contribuinte americano caso se vejam em dificuldades outra vez.

A questão é que esses banqueiros não são agentes independentes ganhando rios de dinheiro por meio da concorrência justa; eles administram empresas que são essencialmente parte do Estado. Não faltam motivos de indignação diante da aparência cada vez mais clara de que estamos vivendo num sistema de socialismo limonada, no qual os prejuízos são públicos e os lucros, particulares.

Seria de se esperar, no mínimo, que Obama compreendesse a importância de reconhecer a indignação do público diante do que está ocorrendo. Mas parece que não. Se acreditarmos na reportagem da *Bloomberg*, Obama pensa que a chave para o sucesso eleitoral é elogiar "a influência exercida pelos líderes corporativos na determinação de suas medidas econômicas".

Estamos condenados.

Valor Econômico - 11/02/2010

PIB do campo diminuiu R\$ 45 bi no ano passado

O Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro encolheu R\$ 45 bilhões em 2009. Estudo divulgado ontem pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) aponta uma retração próxima de 6% no PIB do setor no ano passado. Em 2010, os resultados negativos devem virar estagnação, de acordo com previsão da CNA.

Os cálculos, feitos pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-USP), mostram que os produtores sofreram um processo de "descapitalização", o que deve exigir do governo maior oferta de linhas de capital de giro. "Os preços foram bons, a comercialização fluiu, mas o produtor rural perdeu renda em 2009", disse a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Para 2010, a CNA já reduziu suas previsões de crescimento de 5% no faturamento bruto da produção de lavouras e da pecuária para apenas 0,5%. Isso deve afetar diretamente as previsões para o PIB do agronegócio, afirma a chefe de Assuntos Econômicos da CNA, Rosemeire dos Santos. Alguns segmentos também enfrentaram, segundo ela, problemas como a quebra de 1 milhão de toneladas na safra de arroz.

O estudo CNA-Cepea aponta que entre janeiro e novembro de 2009 o PIB acumulava queda de 5,66%. Em novembro, houve uma forte retração de 0,47%, semelhante ao recuo de 0,5% de outubro. Assim, o PIB do setor voltará ao nível de 2007, quando somou R\$ 714 bilhões - em 2008, a soma foi a R\$ 764,6 bilhões.

A análise dos dados mostra que o agronegócio da agricultura, que reúne produção primária, distribuição, indústria e setor de insumos, apresentou recuo de 6,13% nos onze meses pesquisados em 2009. No mesmo ritmo negativo, o agronegócio da pecuária encolheu 4,54% no período. Nas lavouras, as perdas mais significativas ocorreram no algodão, amendoim, café, feijão, laranja, mamona, milho e trigo. "Houve recuo de preços e volumes comercializados", diz Rosemeire dos Santos. Na indústria, a área de óleos vegetais sofreu a mais forte retração. A redução chegou a 17% no PIB ao longo do ano, refletindo os problemas de demanda no mercado externo.

A presidente da CNA afirmou ontem que um dos efeitos gerados pela queda de renda foi

a redução no volume de entrega de fertilizantes para o plantio da atual safra 2009/2010. Na pecuária, a baixa rentabilidade na comercialização dos rebanhos de animais levou os produtores a deixar de comprar os compostos nutricionais para alimentar o gado.

"Eles optaram pelo uso do milho, o que também prejudicou a indústria de rações", disse a senadora Kátia Abreu. Em tom de alerta ao governo, a presidente afirmou que a queda de renda do setor rural em 2009 exigirá "atenção especial" da política agrícola no médio prazo.

O Estado de S.Paulo - 11/02/2010

Classes A e B são as que mais cresceram na crise

O conjunto das classes A e B foi o mais atingido pela crise econômica inicialmente, mas também foi o que mais cresceu no ano passado, terminando o ano 2,0% superior a dezembro de 2008. A avaliação é de estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV), que considerou as seis principais regiões metropolitanas do País. A classe C terminou o ano com redução de 0,4% ante dezembro de 2008. A classe D aumentou 1,4% e a classe E caiu 1,5% no período.

O economista-chefe do CPS, Marcelo Neri, vê tendência ao crescimento e melhor distribuição de renda este ano. "Existe uma certa tendência à expansão porque acho que os empresários superestimaram a crise antes", afirmou. A avaliação considera ainda que a base do ano passado é baixa, o que ajuda a ter resultados estatísticos melhores este ano. Além disso, em anos eleitorais, como o atual, é comum que a renda aumente e a distribuição de renda melhore.

Por outro lado, Neri considerou preocupante a perda de 415 mil empregos no Brasil em dezembro registrados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e entende que isso deve ter tido efeitos negativos na renda em janeiro deste ano, assim como, comparou, a queda de emprego em dezembro de 2008 fez a crise atingir os bolsos dos brasileiros em janeiro de 2009. "O começo do ano é mais delicado por causa da perda de emprego em dezembro", disse.

Em janeiro do ano passado, todas as classes de renda pioraram significativamente em relação a dezembro nas seis principais regiões metropolitanas. O conjunto das classes A e B caiu 2,7%; a classe C diminuiu 2,2%, e as classes mais baixas aumentaram: a classe D subiu 3,0% e a classe E, 6,7%. As classes A e B representaram, no ano passado, quase 16% da população brasileira.

Depois de janeiro, porém, o ano foi de recuperação e terminou relativamente bem em relação a outros países. "A crise no Brasil não foi tsunami nem marolinha, foi uma ressaca pesada em janeiro com recomposição depois", disse Neri. Ele avalia que a crise econômica no Brasil já acabou.

Segundo Neri, a crise representou uma parada súbita do movimento de redução da pobreza e aumento da classe média entre 2003 e 2008. Se o ritmo do período se repetir até 2014, a classe E, a mais pobre, cairia pela metade e a classe AB teria um aumento de 50%. "A questão é saber se o ritmo de 2003 a 2008 será mantido".

Merval Pereira - O Globo - 11/02/2010

2010 e a classe C

A pesquisa que a Fundação Getúlio Vargas divulgou ontem mostrando que os efeitos da crise financeira internacional frearam a mobilidade social que o país vinha desenvolvendo nos últimos anos revela também a fragilidade do processo de inclusão social na base do consumo popular, fomentado pelos programas assistencialistas e o aumento do salário mínimo.

O avanço permanente desde 2004 da classe média foi paralisado pela crise, fazendo com que a classe C — famílias com renda de R\$ 1.115 a R\$ 4.807 — permanecesse praticamente no mesmo patamar de dezembro de 2008 a dezembro de 2009: representava 53,58%, uma queda de 0,4% no período.

O crescimento da “nova classe média”, no entanto, continua formidável. Em dezembro de 2003, a classe C representava 42,99% do total da população.

A notícia boa é que a recuperação, tanto da classe AB — que cresceu 2% — quanto das demais, ocorreu no mesmo ano da crise, recuperando perdas que foram mais sensíveis no último trimestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009.

No trabalho da Fundação Getúlio Vargas há uma parte dedicada para prospecções dos próximos quatro anos, até 2014, período do futuro mandato presidencial pós-Lula.

Embora otimista, o trabalho não se alinha a um outro, divulgado meses atrás pelo Ipea, que previa o fim da pobreza no país nos próximos anos.

O economista Marcelo Neri, coordenador do trabalho, acredita que seja possível reduzir a pobreza pela metade nesse período, caindo de 16,02% da população para 7,96% em 2015, com a seguinte previsão por classes sociais: queda da classe D e 24,35% para 19,9%; aumento da classe C para 56,48%; e aumento da classe AB de nada menos que 50%, passando a representar 15,66% da população.

Marcelo Neri reforça a constatação de que se a pobreza cai pela metade, a classe AB dobra. Com esses números, cerca de 2,6 milhões de cidadãos seriam incorporados ao mercado consumidor, somando um total de 36 milhões de brasileiros a mais na classe média desde 2003.

Esse cenário de longo prazo, se analisado apenas pelo ano de 2010, traria números excelentes para o governo em pleno ano eleitoral, segundo a previsão de Neri. A pobreza cairia 10% este ano, por exemplo.

Na sua análise, Neri não vê fatores restritivos à expansão da economia em curto prazo, prevendo que a redução generalizada de estoques em 2009 mostra que os empresários temeram uma recessão pior do que a ocorrida, e isso terá um efeito expansionista neste ano, assim como a retomada dos empregos ajudará a fortalecer o mercado interno.

Além de todos os efeitos econômicos, inclusive os estatísticos que ajudarão a aumentar o PIB de 2010, o economista Marcelo Neri vê uma razão bastante pragmática para prever um bom ano: “Se 2010 seguir a tradição de todos os anos eleitorais da nova democracia brasileira, há que se esperar ganho em todas as fontes de renda e nas transferências públicas em particular”, comenta ele.

A importância política dessa recuperação é fundamental para os planos do governo de

eleger como sucessora a ministra Dilma Rousseff. O cientista político e ex-porta-voz de Lula André Singer, professor da USP, já havia divulgado um trabalho em que definia o lulismo como baseado no subproletariado beneficiado pelos programas assistencialistas do governo e pelo aumento do salário mínimo dentro da lógica conservadora, "que identificou no governo um fiador da estabilidade econômica e garantidor de sua nova situação financeira".

Na definição do sociólogo mineiro Rudá Ricci, que está lançando o livro "Lulismo, Da Era dos Movimentos Sociais à ascensão da Nova Classe Média Brasileira", o surgimento dessa nova classe "é o fenômeno sociológico mais significativo por que passou o país na primeira década do século XXI e que formatou o lulismo enquanto programa de modernização e gerenciamento político".

Mas ele constata que a inserção se deu "pelo consumo e não pelas práticas políticas ou sociais".

Ele não vê o lulismo como a volta do populismo clássico, mas "como um novo processo de inclusão social a partir do Estado como tradutor dos interesses sociais desorganizados".

Para ele, "o fato relevante é que o lulismo gerou e se alimenta da emergência da nova classe média brasileira". Segundo o sociólogo, essa mobilidade social dá sentido ao estilo discursivo e ao projeto estataldesenvolvimentista do governo.

"Lula fala para esta nova classe média, milhões de brasileiros que rompem com histórias familiares de exclusão do consumo de massas".

Os componentes dessa nova classe, que durante o pico da crise internacional teve redução sensível na sua composição, especialmente devido ao desemprego, são, segundo Rudá Ricci, "brasileiros pragmáticos como o lulismo".

Não são afetos a teorias ou ideologias. São descrentes da política.

Seus vínculos sociais são comunitários, muitas vezes familiares".

Esse pragmatismo e o conservadorismo da nova classe, identificados pelos dois cientistas políticos, podem representar também uma armadilha para a candidatura oficial.

Se esse eleitorado, teoricamente cativo do "lulismo", não sentir na candidata oficial a melhor garantia de continuidade, abre-se campo para outros candidatos, que explorarão a inexperience da ministra Dilma e as posições mais à esquerda que seu programa de governo sinaliza.

Miriam Leitão - O Globo - 12/02/2010

Olhando a dívida

Só recentemente o mercado começou a olhar com mais atenção para o endividamento público pelo conceito de dívida bruta. O sinal de alerta veio com a divulgação do resultado consolidado de 2009, que mostrou um pulo de quase sete pontos percentuais do PIB no montante da dívida, turbinada pela operação de capitalização disfarçada do BNDES, feita pelo Tesouro com a justificativa de expandir a oferta de crédito e atacar a crise.

No Brasil, ao contrário de outros países, o mercado se acostumou a olhar para a dívida líquida como o termômetro de qualidade do endividamento público. E o governo estimula essa leitura.

Fez questão de reforçar na divulgação dos números de 2009 que a operação com o BNDES não teve impacto fiscal, já que foi feita em forma de empréstimos. O Tesouro emitiu títulos e recebeu créditos equivalentes do banco, com efeito neutro na dívida líquida. Acontece que pela natureza das operações do BNDES, que financia investimentos, o retorno desses investimentos será de longo prazo, quase vitalício. Em 2009, foram R\$ 100 bilhões e em 2010 mais R\$ 80 bilhões estão prometidos.

O governo encontrou essa forma disfarçada de expansão de gastos. Mas o mercado começa a ficar atento. Pelo descasamento entre os vencimentos da dívida pública e o retorno dos empréstimos, pelo risco de crédito e pelo custo fiscal embutido nas operações — equivalente à diferença entre o que o Tesouro paga pelos títulos, corrigidos pela taxa Selic, e o retorno dos financiamentos, vinculados à TJLP.

Arthur Carvalho, economista da Ativa, destaca que para avaliar a política fiscal não basta olhar para o superávit, é preciso também contabilizar essa injeção de liquidez no banco público: — O que mais preocupa é a perspectiva de o governo continuar com essas operações, alegando que não está gerando passivo fiscal.

Felipe Salto, da Tendências, observa que o discurso oficial de austeridade para 2010 não combina com essa ação expansionista disfarçada que resultou na mudança de patamar da dívida bruta: — O risco é a falta de transparência e o expansionismo fiscal que não aparece nas contas primárias.

Por enquanto, os analistas não enxergam risco de insolvência na trajetória da dívida, mas alertam que num cenário em que o mundo se mostra cada vez mais nervoso com o risco soberano, qualquer incerteza em relação ao financiamento da dívida é uma sinalização muito ruim para os mercados.

Ociosidade em queda

O resultado da Utilização da Capacidade Instalada da indústria de dezembro (NUCI), divulgado ontem pela CNI, jogou mais lenha na fogueira de discussões sobre os juros. Se, por um lado, a indústria rejeita a tese de que há risco de inflação por conta do aumento forte da produção; por outro, no mercado há quem aposte que em abril o NUCI alcançará os níveis anteriores à crise.

O NUCI vem crescendo a uma taxa de 0,4 ponto percentual nos últimos seis meses.

Pelos cálculos do economista do Banco ABC Brasil Felipe França, se esse ritmo se mantiver, o NUCI alcançará 83,2 pontos em abril (veja no gráfico). Mesmo patamar do início de 2008, que ajudou a dar motivos para o aumento dos juros pelo Banco Central a partir de abril daquele ano.

— Esse crescimento forte é resultado da recuperação da economia, mas também da falta de investimentos da indústria durante a crise, que impediu o aumento da capacidade produtiva — afirmou França.

Gargalo nos trilhos

As carências na infraestrutura ferroviária no país não estão restritas ao tamanho da

malha — que hoje é cerca de 20 mil quilômetros menor do que o necessário. Pesquisa da CNT mostra que os principais gargalos logísticos das ferrovias estão em áreas urbanas, que crescem desordenadamente e dificultam o tráfego de trens. A entidade cita como exemplo o acesso ao Porto de Mucuripe, no Ceará. O crescimento desordenado de favelas tem impedido a circulação de trens em alguns trechos. Já na Baixada Santista, a chegada ao Porto de Santos é dificultada pelas invasões ao longo da malha. Pelos cálculos da CNT, é preciso investimentos de R\$ 8 bilhões.

Celso Ming - O Estado de S.Paulo - 11/02/2010

O nome do gato

As autoridades da União Europeia parecem indecisas. Estão de acordo em que seja necessário o socorro à Grécia, mas não sabem que formato terá. A elaboração de um pacote desses enfrenta inúmeras restrições.

Tem de ser socorro, mas não pode ter esse nome. Tem de ter focinho de gato, orelha de gato, rabo de gato e ronrom de gato, mas não pode ser chamado de gato para não criar precedentes e não ser interpretado como "risco moral", como recompensa a quem falhou miseravelmente.

Não pode colocar ênfase demais nas exigências feitas ao governo grego porque pode parecer interferência externa. Além disso, os tratados da União Europeia proibem empréstimos entre países-membros.

Não pode tampouco ser um resgate a ser feito pelo Banco Central Europeu (BCE) porque isso caracterizaria atuação fiscal de um organismo que tem de se restringir à execução da política monetária do euro. Seria o mesmo que pagar despesas correntes com emissão de moeda.

E há um veto explícito a que um país do bloco recorra ao Fundo Monetário Internacional (FMI): "Seria uma humilhação", disparou o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, como relatou ontem o diário Le Monde.

Esse veto à intervenção do FMI precisa ser mais bem entendido porque à primeira vista parece estranho. O FMI é uma instituição criada para evitar quebras e, quando elas acontecerem, consertá-las. Nas discussões sobre reforma do sistema financeiro internacional foi a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e o presidente da França, Nicolas Sarkozy, que mais se bateram pelo fortalecimento do FMI. E, no entanto, Alemanha e França parecem agora os países mais contrários a que a Grécia seja resgatada pelo Fundo. Por que, então, o FMI não serve para a União Europeia?

A ajuda do Fundo a um sócio da área do euro não pode ser considerada humilhação depois que a ele recorreram a Inglaterra (em 1976), a Suécia (em 1992) e, mais recentemente, a Polônia, a Ucrânia e a Hungria. As verdadeiras razões do veto são outras. Parece que tem a ver com a incapacidade do FMI de impor cumprimento das exigências que viriam com o aporte financeiro. Nos anos 80, o Brasil se lixava para as determinações do Fundo. "Assinei uma penca de acordos com o FMI, mas não cumpri nenhum deles", gabava-se mais tarde o ministro da Fazenda de então, Delfim Netto. Em 2001 foi a Argentina que transgrediu descaradamente os contratos.

Assim, como o FMI não tem essa força, eventual descumprimento das condicionalidades impostas num plano de resgate de qualquer país da área do euro lançaria todo o bloco no

descrédito e alguns de seus membros, numa espécie de default desordenado. (Veja, ainda, o Confira).

Essa parece ser a verdadeira razão pela qual viceja na União Europeia a ideia de criar um fundo para uso próprio, o Fundo Monetário Europeu.

Seja qual for a natureza e o nome do gato a ser enviado a Atenas, persiste o problema do "risco moral". Parece impossível afastá-lo inteiramente. No entanto, o "risco moral" pode ser reduzido se a União Europeia impuser multas para cada transgressão das regras fiscais a que estão obrigados os países-membros da área do euro. A conferir.

Confira

Pergunta intrigante - Os países da União Europeia estão entre os maiores signatários do capital do Fundo Monetário Internacional. Se o FMI não serve para as necessidades do bloco, por que então seus membros continuam a sustentá-lo?

Mas, afinal, por que o FMI não serve para os países-membros da União Europeia?

Ontem, o jornal parisiense Le Monde citou um "alto funcionário" da União Europeia: "Neste momento em que os europeus procuram melhorar sua coordenação política, não faz sentido impor (à Grécia) um governo econômico subordinado a Washington."

O Estado de S.Paulo 11 02 2010

Não deixem a Grécia sozinha contra os especuladores

Larry Elliott, editor de Economia, THE GUARDIAN

Para aqueles que se lembram de outras crises financeiras, a decisão de Jean-Claude Trichet, de voltar mais cedo da Austrália para participar de uma reunião de cúpula da União Europeia, teve uma certa ressonância.

Como observou o respeitado economista da City, Stephen Lewis, a notícia de que o presidente do Banco Central Europeu interrompeu visita do outro lado do mundo, faz lembrar as imagens de Denis Healey dando voltas com seu carro no aeroporto de Heathrow, tentando encontrar uma saída para a crise da libra, que acabou necessitando da ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Uma década diferente, uma moeda diferente, mas a mesma história. Um país lutando com problemas econômicos severos e fortemente endividado é alvo dos especuladores financeiros. O problema da Grã-Bretanha em 1976 é o da Grécia em 2010. Traders e fundos hedge, segundo notícias, apostaram US\$ 8 bilhões que os problemas do elo mais fraco da zona do euro resultaria numa queda no valor da moeda única.

Joseph Stiglitz, economista agraciado com um prêmio Nobel de Economia, disse ao "Guardian" que a única maneira de lidar com especuladores é combatendo o fogo com fogo. Para ele, a Europa deve agir como Hong Kong agiu quando, primeiro a sua moeda, depois a bolsa, foram os alvos na crise asiática de 1997-1998, e o país "queimou os especuladores".

Stiglitz apoia plenamente a campanha em favor de uma taxa "Robin Hood" sobre as transações financeiras, mas acha que uma pequena cobrança de 0,05% não será suficiente para deter os ataques especulativos contra a Grécia. Em vez disso, a resposta seria a Europa mostrar que está comprometida em ajudar a Grécia, o que "reduzirá a oportunidade de ganhos especulativos".

Por sorte, uma reunião de cúpula em Bruxelas, hoje, convocada para se planejar uma maneira de tornar a Europa a economia mais dinâmica e competitiva do mundo em 2020, é a grande oportunidade para os líderes dos 27 países-membros adotarem medidas mais robustas contra ataques especulativos.

Até agora, os países-membros estavam aferrados ao disposto no tratado de Maastricht, que estabelece que "a comunidade não pode arcar com compromissos assumidos por governos centrais, regionais, locais, ou outras autoridades públicas de um país-membro". Isso significa que um país em dificuldade não pode esperar que a Alemanha colabore para um pacote de socorro financeiro.

Segundo o economista, a insistência de que a Grécia deve resolver o seu problema sozinha, não produz o efeito desejado que acalmar os mercados. Longe disso. Desde que premiê grego George Papandreou anunciou planos draconianos para reduzir o déficit orçamentário do país, de quase 13% para 3% do PIB, num período de três anos, os ataques especulativos se ampliaram para Espanha e Portugal, levantando dúvidas se a moeda única sobreviverá na sua concepção atual. Daí o retorno de Trichet da Austrália.

Portanto, o que deve suceder agora? A primeira coisa que os presidentes, primeiros ministros e chanceleres, reunidos nessa cúpula, devem fazer é encontrar a linguagem certa para mostrar solidariedade com os membros mais frágeis do clube europeu. Como Stiglitz observou, os governos têm se mostrado mais indulgentes com os bancos do que com nações soberanas. O sentimento de que os países estão sós tornou os mercados mais febris.

O segundo desafio é encontrar uma maneira para sair dessa camisa de força que impede um socorro financeiro. Stephen Lewis, economista da Monument Securities, diz que o tratado de Maastricht oferece pouquíssimo espaço de manobra, quando determina que os países podem ser ajudados financeiramente somente quando enfrentam severas dificuldades causadas por desastres naturais ou circunstâncias excepcionais além do seu controle. A Grécia com certeza é um país em dificuldades, e Atenas vem dizendo que os ataques dos especuladores estão além do seu controle.

Em terceiro lugar, tem que haver um mecanismo para esse apoio ser fornecido. Embora a Grécia tenha o maior déficit orçamentário da zona do euro, nenhum dos demais membros, inclusive a Alemanha, está nadando em dinheiro, o que torna um pacote de ajuda aos contribuintes um fracasso já de início. Uma alternativa - oferecida por John Monks, secretário-geral da Confederação Europeia das Federações de Comércio, é a União Europeia lançar títulos como parte de um "New Deal para a Europa".

Finalmente, os líderes europeus precisam parar de negar que existem fraturas na moeda única, fraturas que foram brutalmente expostas pela recessão. Existem, e sempre existiram, problemas com uma política monetária de uma única moeda comum a todos, especialmente quando não há nenhum meio de fazer transferências orçamentárias de países ricos para pobres, e a mobilidade de mão de obra é pequena. Assim, a única maneira de os países se ajustarem é por meio de uma deflação. Enquanto essa falha fundamental não for corrigida, o euro permanecerá forte, mas vulnerável.

O Estado de S.Paulo 11 02 2010

Crise europeia vai demorar

Alberto Tamer*

A crise na Europa não vai terminar tão cedo. Os países da zona do euro, que terão de socorrer Grécia, Espanha, Irlanda, Itália e Portugal, estão eles mesmos enfraquecidos com a recessão. Não devem crescer mais que 1% este ano e os poucos recursos de que dispõem estavam sendo planejados - ainda apenas planejados - para atender aos seus problemas. A coluna publica agora a segunda parte da entrevista com o estrategista-chefe para a América Latina do BNP Paribas, Alexandre Lintz.

DIFÍCIL VOLTAR A CONFIAR

"Como um brasileiro que observou várias crises de dívida em nosso País e também nos países vizinhos, como a Argentina, observar o desenrolar da novela da atual crise na zona do euro trás poucas novidades", diz Alexandre Lintz. Nos últimos dias, foi possível observar o usual ruído de notícias e preço de ativos presentes em países com problemas de dívida. O pacote de ajuste fiscal proposto pela Grécia para ajustar o déficit público foi bem recebido pelas autoridades da União Europeia. Porém, dado o histórico ruim do país em cumprir suas metas fiscais, o ajuste proposto se mostrou insuficiente para reverter a confiança dos investidores e estabilizar o preço dos títulos de dívida do governo grego. Piora esta que foi revertida na terça-feira pela notícia de que o Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu, estaria antecipando sua viagem para a comemoração dos 50 anos do banco central da Austrália para participar da reunião do Conselho Europeu (principal fórum de decisões da UE) e que um eventual pacote de ajuda à Grécia estaria sendo costurado.

VAI DEMORAR

"Você pode ter certeza de que esta história está longe de terminar e as notícias de que a crise finalmente foi resolvida ou de que não há mais luz no fim do túnel e o fim está próximo continuarão a estampar as capas dos jornais nos próximos meses, mantendo a usual volatilidade nos mercados financeiros. Como disse na última coluna, nós brasileiros temos uma grande vantagem comparativa para compreender esse tipo de crise e podemos antecipar que ainda há muita água para passar debaixo desta ponte."

NÃO É CRISE DA GRÉCIA

Para Alexandre Lintz, ao longo desta última semana de muitos altos e baixos podemos ter cada vez mais certeza de alguns pontos-chave desta crise. É muito mais que uma crise de dívida da Grécia. É muito mais que uma crise de dívida dos PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha), com dívidas muitíssimo acima das regras da zona do euro sem saber como financiá-las. Esta crise, é na verdade, o primeiro grande teste da União Econômica e Monetária Europeia (UEM). Ela mostrará se existe de fato coordenação técnica e vontade política entre os países-membros para que a UEM saia ainda mais fortalecida ou, caso contrário, saia significativamente enfraquecida."

As decisões a serem tomadas não são fáceis. Um resgate pela UE da Grécia poderia gerar um alívio para esse país, mas qual seria a reação da Irlanda que ao final de 2009 aprovou um grande ajuste fiscal para reequilibrar o orçamento com grandes custos para a sociedade? E qual seria a capacidade para outros países com situação fiscal mais frágil

de colocar em prática medidas duras de aperto fiscal se é sabido que, em caso de emergência, um pacote de ajuda estaria à disposição, pergunta Alexandre Lintz.

PODER HAVER MAIS

A crise do PIIGS não é nada mais que o início de um processo longo e generalizado de redução do endividamento global. Outros focos de turbulência estão a caminho, como o problema da dívida lastreada em imóveis comerciais nos EUA.

BRASIL CAPTA. NA CRISE!

Como o Brasil está posicionado, exatamente agora, para um ambiente tão hostil? "Esta última semana foi mais uma amostra de que o Brasil está bem preparado. Na mesma semana onde a percepção de riscos dos PIIGS testou novas máximas, o Tesouro Nacional do Brasil foi capaz de emitir títulos públicos com vencimento em 2050 e com taxas de juros muito próximas às mínimas históricas. Claramente, os investidores estão fazendo uma distinção adequada entre créditos de boa e má qualidade", conclui Lintz.

O Estado de S.Paulo - 11/02/2010

Governo já prepara discurso para justificar PIB negativo

Apesar de trabalhar com um resultado ligeiramente positivo para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2009, o governo, antecipando-se a críticas da oposição, já preparou o discurso para se defender caso o resultado do ano feche negativo.

Os técnicos do Ministério da Fazenda admitem a possibilidade de um PIB negativo para 2009, mas ressaltam que, mesmo assim, o desempenho do Brasil deverá ser um dos melhores do G-20, o grupo dos países mais ricos mais os principais emergentes.

Esses técnicos também reforçam o discurso com argumentos como o de que o governo salvou a economia de um resultado muito pior, por meio das políticas anticíclicas adotadas rapidamente logo após a crise financeira internacional. Entre elas, citam a redução da meta de superávit primário das contas do setor público e as desonerações tributárias.

A equipe econômica entende que os números que serão divulgados em março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrarão, ainda, que o último trimestre do ano passado, apesar do forte desempenho, não evidenciará um cenário de superaquecimento da economia. Indicadores como a arrecadação da Receita Federal mostram crescimento, mas em ritmo mais moderado.

Para que o PIB fechado em 2009 seja positivo, o crescimento do último trimestre terá que ter ficado acima de 5% ante o deprimido quarto trimestre de 2008. Se o resultado do ano passado for negativo, será a primeira vez desde 1992, ano do impeachment do então presidente Fernando Collor.

A avaliação no governo é a de que a montagem desse discurso em defesa dos resultados da economia após um ano de crise é necessário para fazer frente ao seu uso político, durante o processo da campanha eleitoral. O que importa, de fato, ao governo, neste momento, é a continuidade de um ritmo forte da economia este ano, porque cria novos

empregos, eleva a renda das famílias e amplia os investimentos. Um ambiente econômico favorável é considerado peça-chave na decisão de votos dos eleitores.

O governo deve adicionar a essa discussão o fato de que deixou o País preparado para enfrentar, com muito menos prejuízos do que ocorreria no passado, a pior crise mundial em 80 anos. Isso só foi possível, porque nos anos que precederam a crise foi feito um ajuste fiscal - que reduziu a dívida pública líquida - e reforçada as reservas internacionais brasileiras.

A projeção oficial do Ministério da Fazenda é de que o Brasil em 2009 teve um crescimento de 0,1%. Segundo fontes do governo, há uma dose maior de imprevisibilidade nessa projeção por causa das inovações metodológicas do IBGE. Há uma expectativa de que o modelo do IBGE acione novamente o chamado "outlier" (ponto atípico), uma variável do modelo de cálculo do PIB que é utilizada quando a economia tem oscilações muito grandes.

Se isso ocorrer, a série do PIB será novamente revisada e deve mostrar oscilações maiores entre os trimestres, revertendo a "suavização" que o modelo promoveu no terceiro trimestre de 2009, quando o "outlier" ficou de fora do cálculo e surpreendeu economistas do governo e do mercado.

ECONOMIA & OUTRAS NOTÍCIAS

O Globo - 11/02/2010

Receita simplifica o IR para 10 milhões e aposenta papel

A Receita Federal tornou mais flexíveis as regras para a entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física 2010 (ano-base 2009) e 2011 (ano-base 2010) e desobrigou dez milhões de contribuintes de enviar o documento ao Fisco. A partir deste ano, os sócios de empresas ou pessoas que tenham patrimônio inferior a R\$ 300 mil não precisam mais prestar contas ao Leão. No entanto, isso só vale para quem não se enquadrar em uma lista de condicionalidades imposta pela Receita. Entre elas, ter recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 17.215,08 no ano passado. Este também será o último ano em que a Receita vai receber formulários de papel. Não há ganho financeiro para os contribuintes com as mudanças.

Anteriormente, apenas o fato de ser sócio de uma empresa deixava o contribuinte obrigado a entregar a declaração. Segundo o supervisor nacional do programa do Imposto de Renda (IR), Joaquim Adir, cerca de cinco milhões de pessoas declararam IR em 2009 só por esse motivo. Outra mudança foi no limite de bens que torna obrigatória a entrega do documento.

A partir deste ano, só precisa prestar contas quem tem bens acima de R\$ 300 mil (no ano passado, o valor era de R\$ 80 mil).

Segundo Adir, o Fisco quer reduzir o número de declarantes. Isso torna mais rápida a análise das declarações e reduz as retenções em malha fina.

Piso de rendimento em 2011 de R\$ 22 mil

Em 2011, também haverá mudanças.

O piso de rendimento para obrigar o contribuinte a prestar contas será de R\$ 22.487,25. As pessoas que ganham até R\$ 17.989,80 por ano estarão isentas e por isso não precisam entregar o documento. Já quem receber entre R\$ 17.989,80 e R\$ 22.487,25 entregará a declaração se quiser. Os rendimentos acima desse montante devem obrigatoriamente ser informados.

O valor de intermediário se baseia no desconto padrão ao qual todas as pessoas físicas têm direito. Um rendimento de R\$ 22.487,25 acaba ficando isento quando se aplica sobre ele o abatimento que é dado na declaração simplificada. Ou seja, o contribuinte não terá qualquer imposto a pagar, portanto, não precisa entregar o documento.

No entanto, o tributarista Ilan Gorin, da Gorin Auditoria Contábil, alerta os contribuintes que tiveram IR retido na fonte. Neste caso, para receber a restituição é preciso enviar a declaração: — Só assim, será possível receber de volta o que se pagou a mais na fonte.

Segundo Adir, no ano passado prestaram contas ao Fisco 25,5 milhões de contribuintes. A Receita estima que esse montante cairá para 24 milhões em 2010.

O supervisor explicou que, embora milhões de pessoas físicas estejam deixando de ser obrigadas a entregar a declaração, muitas ainda preferem enviar o documento, pois o utilizam como comprovante de rendimentos. Além disso, há um crescimento da base de contribuintes com a expansão dos empregos formais e da massa salarial.

No ano que vem, o Fisco também vai acabar com o formulário de papel.

Isso porque apenas 127 mil pessoas físicas ainda optam por esse tipo de entrega.

— A realidade do país é outra — disse Adir ao justificar a mudança.

Ele lembrou ainda que já existem várias restrições à entrega por meio de papel. Por exemplo, têm de entregar por meio eletrônico pessoas que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 100 mil, incluíram dependentes na declaração ou tiveram rendimentos de pessoas físicas ou jurídicas no exterior. A entrega da declaração do IR 2010 começará no dia 1º de março e termina em 30 de abril.

Por dependente, dedução de R\$ 1,7 mil

O documento pode ser entregue pela internet pela página da Receita (www.receita.fazenda.gov.br), por disquetes entregues nas agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil ou formulários de papel entregues nos Correios que custam R\$ 5.

Quem perder o prazo está sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74 e máxima de 20% do imposto devido.

A Receita Federal lembra que os contribuintes podem optar por dois modelos na entrega do documento: simplificado ou completo. A regra para fazer a declaração simplificada continua a mesma: desconto de 20% na renda tributável. Este desconto substitui todas as deduções legais da declaração completa.

No caso da dedução por dependentes, possível apenas por meio da declaração completa,

o valor será de R\$ 1.730,40 para cada um. Nas despesas com educação, o limite individual de dedução é de R\$ 2.708,49 neste ano. Já nas despesas médicas, as deduções continuam sem limite máximo.

BNDES amplia apoio às múltiplas verde-amarelas

Valor Econômico - 11/02/2010

A decisão do governo Lula, de viabilizar grandes grupos empresariais nacionais, com recursos do BNDES, para serem companhias globais, não é uma questão pacífica e traz de volta o debate sobre a política industrial dos anos 70. Foi quando o governo do general Ernesto Geisel (1974 a 1979), com o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o projeto de substituição de importações, criou os capitalistas nacionais e as bases do parque industrial que o país tem hoje. Há quem chame aquela política de "capitalismo de Estado", ou "capitalismo patrimonialista".

Para os economistas e principais formuladores do governo Lula, as críticas, em geral, são "fáceis e ociosas". Eles garantem que o modelo de hoje não guarda qualquer semelhança com o passado. "Hoje, o governo entra para viabilizar processos que estão maduros, que têm consistência empresarial, que são reconhecidos no mercado. Isso é muito diferente da estratégia do Brasil no passado, e da de outros países da Ásia, por exemplo", aponta um graduado assessor oficial.

Nessa opção, são vários os benefícios que o país poderá ter, no médio e longo prazos, dispondo de grandes grupos empresariais globais, assinalam. Primeiro, o Brasil passaria a ser "um centro de decisão relevante", tendo empresas fortes e competitivas no exterior, com capacidade de gerar empregos de alta qualificação no país, podendo, assim, desenvolver tecnologia e inovação também aqui.

Soma-se a isso, o fato de que "o desenvolvimento da cadeia produtiva dessas empresas a montante e a jusante - no caso da petroquímica, a terceira geração está a jusante - dá mais oportunidade de desenvolvimento na cadeia de fornecedores", completa.

Ou seja, na medida em que uma empresa brasileira tem subsidiárias no exterior, abre-se espaço para mais exportações a partir do país e pode-se contar com um fluxo de remessa de lucros, ao contrário de hoje, quando as empresas estrangeiras é que remetem lucros daqui para suas matrizes. Se o Brasil pretende ser participante ativo dos fóruns internacionais, isso não pode estar dissociado da presença de grandes companhias, dizem as fontes oficiais.

Há riscos, salientam, porém, economistas avessos à ideologia intervencionista. "O governo está escolhendo os campeões e escolhendo empresas com alto poder de monopólio. O que está acontecendo na petroquímica é uma concentração absoluta. Se ele deixasse entrar empresas estrangeiras no país, teríamos concorrência", disse uma fonte do setor privado. "É a tese do 'Brasil potência', diz: 'Temos que ter submarino nuclear e empresas nacionais globais. Mas uma potência artificial e não construída por eficiência, crescimento, alto nível educacional'".

Nem todas as compras de empresas estão sendo patrocinadas pelo governo, através do BNDES ou de políticas de incentivos fiscais. Não houve dinheiro público na compra do Ponto Frio e da Casas Bahia pelo Grupo Pão de Açúcar, assim como também não houve

na associação da Cosan com a Shell. Foram negócios estritamente privados. Os economistas do governo alegam que o país tem, hoje, um conjunto de bancos de investimentos ávidos por realizar negócios que podem ser feitos à margem do setor público. Outros precisam de um empurrão do Estado para se viabilizar.

No governo, assinalam-se as distinções entre hoje e os anos 70. Naquele período, vigorou o modelo tripartite, onde os grandes investimentos teriam que ser distribuídos igualmente em um terço (1/3) de participação do Estado, de capital estrangeiro e de um grupo privado nacional. Foi quando se montou um forte parque industrial no Brasil, com recursos públicos pesadamente subsidiados: os empresários nacionais pagavam somente 20% da correção monetária pelos empréstimos do BNDES. Foi a origem da indústria do aço, de fertilizantes, da petroquímica, papel e celulose, equipamentos.

"Naquela ocasião, muitos atores foram verdadeiramente 'laçados'. O presidente Geisel resolveu fazer a indústria petroquímica privada, criou a a Petroquisa e 'laçou' os empresários para entrarem no setor. O que estamos fazendo é radicalmente distinto.". Trata-se, agora, segundo assessores governamentais, "do coroamento de um processo de desenvolvimento que tem o padrão do BNDES para apoiar: tem que ser empresas abertas, participantes do novo mercado, com proteção aos acionistas minoritários e mais, tem que ter o reconhecimento do mercado, pois as operações feitas até agora foram via mercado, com aumento de capital".

O BNDES subscreve uma fração das ações, atraindo o mercado que subscreve o resto. "Isso significa que são operações reconhecidas pelo mercado de capitais como agregadoras de valor" e não um sistema de escolha da empresa "vencedora", explicam as fontes. Ela já é vista como vencedora pelo mercado e o BNDES age somente como "um facilitador", assinalam.

Atualmente, as operações do BNDES não são subsidiadas como nos anos 70. O banco tem cobrado pelos financiamentos mais recentes, que envolvem aquisições, fusões, CDI mais 1,5% a 2% ao ano, e não a TJLP, que é inferior à Selic com a qual o governo remunera sua dívida, asseguram fontes da instituição. Mas, muito provavelmente, as empresas em questão não conseguiriam levantar recursos no mercado, interno ou externo, a esse preço para alçar grandes negócios, suspeitam economistas mais liberais.

O Brasil entra atrasado nessa história, alegam fontes oficiais. A elevada instabilidade econômica que marcou o país por quase três décadas postergou o movimento de concentração de capital e a formação de uma "estrutura empresarial com a robustez relativa correspondente ao tamanho e a importância da economia brasileira". Nesse período, as empresas estavam preocupadas em "sobreviver" . Portanto, agora será a fase "das consolidações", asseguram.

Apagão atinge Nordeste e dois Estados do Norte

Folha de S.Paulo - 11/02/2010

Um apagão atingiu todo o Nordeste brasileiro e dois Estados do Norte na tarde de ontem. O problema, que durou de dois minutos a duas horas, afetou pelo menos oito capitais - Fortaleza, Salvador, Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Teresina e Palmas.

O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) informou que a pane ocorreu na linha de

transmissão que interliga o Norte e o Nordeste. O problema provocou o desligamento em cascata do sistema.

O órgão não soube informar a causa do apagão, mas descartou problemas na geração de energia. Segundo o operador, foi interrompida a transmissão de 3,1 megawatts, um terço da demanda regional.

A situação foi pior em Estados como Paraíba, que ficou sem energia por duas horas, e Rio Grande do Norte, afetado em quase 90% das cidades -146 das 167. A Cosern (Companhia Energética do Rio Grande do Norte) informou que 597 mil consumidores foram prejudicados. Segundo a Energisa (companhia que atua na Paraíba), o apagão, que começou às 14h53 (horário de Brasília), afetou todo o Estado.

No Piauí, a pane durou mais de uma hora, das 14h52 às 15h59, nas regiões norte e central -incluindo parte da região metropolitana de Teresina.

Já na Bahia, o problema prejudicou a população por menos tempo -das 12h52 às 13h43. A Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) informou que 62% dos 417 municípios foram afetados.

Nos demais Estados do Nordeste, a duração do problema variou de dois (caso do Maranhão) a 40 minutos (Ceará).

Sem precisar o número de cidades, a Ceal (Companhia Energética de Alagoas) informou que todas as regiões do Estado ficaram sem energia.

Em Pernambuco, o apagão começou às 14h52. Segundo a Celpe (Companhia Energética de Pernambuco), a pane suspendeu o fornecimento de 18% da demanda de energia no Estado. A volta ocorreu às 15h21.

No Maranhão, o sul do Estado foi a região mais atingida. Segundo a Cemar (Companhia Energética do Maranhão), 13 subestações foram desligadas.

Sergipe e Ceará também foram atingidos pelo apagão. Os cearenses tiveram 40% de sua carga elétrica afetada -foram 1,2 milhão de atingidos.

Norte

De acordo com a Celtins (companhia de energia do Tocantins), cerca de 60 cidades do centro e do sudeste do Estado -incluindo Palmas- ficaram sem energia. No Pará, Santarém e outras sete cidades, que somam mais de 500 mil moradores, ficaram sem luz.

A Eletronorte informou que um problema ainda não identificado na linha de transmissão Norte-Sul, entre os municípios de Colinas do Tocantins (TO) e Miracema (TO), acionou a proteção do sistema elétrico.

Segundo superintendente de operações da Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), João Henrique Franklin Neto, com a interrupção da transmissão, o sistema atua com um alívio de carga para equilibrar a energia gerada e o consumo -todas as distribuidoras foram atingidas.

Com Alemanha e França à frente, UE vai socorrer Grécia

O Estado de S.Paulo - 11/02/2010

Os países europeus, em particular os 16 que fazem parte da zona do euro, vão dar suporte à Grécia para enfrentar sua crise orçamentária. A informação foi divulgada ontem pelo primeiro-ministro da Espanha, Jose Luis Rodriguez Zapatero, que exerce a presidência rotativa da União Europeia. O acordo foi possível depois que as maiores economias da Europa, Alemanha e França, chegaram a um entendimento de que precisariam agir para desbloquear as negociações de um resgate da economia da Grécia e impedir que o euro sofra um desgaste em sua credibilidade.

"Temos de dar suporte à Grécia, isso está claro, e é a Europa e o zona do euro que farão isso", disse Zapatero à imprensa ao desembarcar em Bruxelas para um encontro dos socialistas europeus, na véspera da reunião de cúpula da UE, prevista para hoje. A zona do euro é formada pelos ministros de Finanças dos 16 países que integram a zona do euro. Zapatero não deu detalhes sobre o tipo de apoio à Grécia, que seria negociado nesta madrugada e anunciado hoje na reunião de cúpula.

A aliança franco-alemã foi construída nos últimos dias, enquanto crescia a pressão do mercado sobre o euro e um questionamento cada vez maior sobre a capacidade da UE de dar solução às suas crises. Com o apoio das duas maiores economias do bloco, ministros de Finanças fizeram ontem uma teleconferência para debater uma saída. No fim do dia, foi a vez dos membros do conselho do Banco Central Europeu (BCE) se reunirem com o mesmo objetivo. Jean-Claude Juncker, presidente da zona do euro e primeiro-ministro de Luxemburgo, disse que a proposta surgiu depois dessas reuniões.

Berlim e Paris privilegiam uma solução bilateral de apoio à Grécia para evitar violação às leis da UE. O envolvimento financeiro do FMI estaria descartado, mas Paris admite que a entidade poderá auxiliar o processo em sua condição de "especialista". Nos últimos 12 meses, o Fundo já atuou em vários países do Leste Europeu. Nenhum, porém, era da zona do euro.

O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, insinuou ontem que seu país apenas faria parte de um plano de resgate se o FMI fosse incluído financeiramente. Por enquanto, em seu ponto de vista, a Grécia é um problema da zona do euro.

As divisões ficaram claras quando o ministro belga de Finanças, Didier Reynders, defendeu, em entrevista ao jornal Le Monde, que se recorra ao FMI na ajuda à Grécia. "A Grécia tem o direito de recorrer ao FMI. Senão, qual é a vantagem de ser parte do FMI?" Atenas, porém, é contra.

Para completar, o Parlamento Alemão concluiu um relatório indicando que qualquer ajuda oficial de Berlin aos gregos violaria as regras da UE.

Diante da indefinição europeia, o euro voltou a cair ontem, pelo temor de que o anúncio de hoje ainda não seja suficiente, numa demonstração da volatilidade dos mercados e das incertezas em relação à cúpula. A queda do euro em relação ao dólar foi de 0,7%. Já as bolsas subiram pelo terceiro dia seguido.

A ideia original da cúpula era apenas tratar da recuperação econômica da região. Mas a agenda acabará dominada pela nova crise. A Grécia precisa de empréstimos de 53 bilhões neste ano para financiar suas dívidas públicas, que atingem 12,7% do PIB e

quatro vezes o limite permitido por Bruxelas. Até abril, precisa de cerca de 20 bilhões. Se o valor é alto para os gregos, representa apenas uma fração do que Berlim deu aos próprios bancos.

Uma das propostas é que a UE ou a aliança franco-alemã dê empréstimos a bancos estatais para a compra de bônus gregos, fortalecendo a posição do país e reagindo aos especuladores. Outra opção seria injetar recursos nos bancos altamente expostos à Grécia, também para estabilizar os mercados.

O projeto não virá sem a imposição de condições à Grécia, tendo como meta reduzir seu déficit a 2,7% em 2012. Os critérios serão uma sinalização a Portugal, Irlanda e Espanha de que não haverá pacotes gratuitos de ajuda. Na realidade, seja qual for o tipo de ajuda, haverá uma lista de exigências a serem cumpridas pelos gregos.

Eike estima que terá US\$ 100 bi em 10 anos

Jornal do Commercio - Rio de Janeiro - 11/02/2010

O empresário brasileiro Eike Batista acredita que terá um patrimônio de US\$ 100 bilhões em dez anos. A afirmação foi feita em resposta a uma pergunta do jornalista Charlie Rose, que apresenta um respeitado programa de entrevistas no canal público americano PBS - na semana passada, o entrevistado foi o ex-secretário do Tesouro Henry Paulson. "Quanto você acha que o seu patrimônio valerá nos próximos dez anos?", indagou Rose para Batista. "Cem bilhões (de dólares)", respondeu o empresário, depois de pensar por um segundo.

Surpreso, o entrevistador insistiu se ele achava isso mesmo. "Sim", disse de forma sucinta o brasileiro. "Cem bilhões de dólares?", perguntou Rose mais uma vez, acentuando cada uma das sílabas das palavras. "Isso o torna o homem mais rico do mundo. A pessoa mais rica do mundo. A não ser que os outros dobrem os seus patrimônios", acrescentou. "Eu não sei", respondeu o dono do Grupo EBX, que mudou de assunto.

No começo do programa, o jornalista já havia apresentado Eike Batista como "o homem mais rico do Brasil" e que "um dia poderá se tornar o mais rico do mundo". De acordo com estimativa da revista americana Forbes, que publica rankings anuais sobre as maiores fortunas do planeta, o empresário brasileiro ocupa a 61ª colocação, com cerca de US\$ 7,5 bilhões em 2009. No Brasil, ele é o primeiro. Segundo a publicação, Bill Gates, com US\$ 40 bilhões, é o homem mais rico do mundo.

Na entrevista, Batista também contou de sua adolescência, quando se mudou para a Europa para acompanhar o pai, que realizava a internacionalização da companhia Vale do Rio Doce. Em seguida, falou dos tempos em que fez faculdade de engenharia metalúrgica na Alemanha. Segundo o executivo, o pai o ensinou a "ver grande". "Mas fui educado pela minha mãe, uma alemã, já que ele vivia muito ocupado", afirmou o executivo que dirige empresas nas áreas de mineração, energia e logística.

O empresário disse que, naquela época, o pai, Eliezer Batista, o incentivou a trabalhar para poder pagar as contas do mês, apesar de ele frisar que era de uma família de classe média alta. "Tinha de vender apólices de seguro", disse. "É muito importante para as pessoas jovens sofrerem. Ter de bancar os meus custos foi uma experiência que ajudou na minha formação. Se o meu pai tivesse me pago, como ele o fez até os meus 18 anos,

não acho que teria chegado tão longe", acrescentou. Segundo ele, "muitos amigos meus fazem as vidas do filho muito fácil".

Rose o questionou se faria o mesmo com os filhos. "Acho importante que eles também passem por esse estresse. Há um ano, enviei meu filho para trabalhar em uma garagem. Ele reclamou do calor, mas disse que isso era muito importante. Caso contrário, você não vai ocupar a posição de seu pai."

Circulação de jornais caiu 3,5% no país

O Globo - 11/02/2010

A crise financeira interrompeu, no ano passado, o crescimento sustentado da circulação de jornais no Brasil. Depois de três anos seguidos com altas próximas de 10%, a venda de jornais caiu 3,5%, de 4.351.400 exemplares em 2008 para 4.200.743 no ano passado, em 101 títulos diferentes.

Em 2008, alta fora de 8%.

Segundo o presidente do Instituto Verificador de Circulação (IVC), Pedro Martins Silva, a crise financeira levou as empresas a adotarem uma política de investimentos mais conservadora no primeiro semestre.

O país ainda vivia em clima de recessão (a economia do país recuou no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009). Assim, as empresas reduziram as promoções para os leitores: - A circulação de qualquer produto depende de promoção.

No segundo semestre, com a melhora na economia, as empresas voltaram a investir, o que fez a circulação já aumentar em dezembro.

Enquanto a queda média na circulação de jornais no ano frente a 2008 foi de 3,5%, em dezembro, na comparação com o mesmo mês de 2008, a redução foi de 2%, mostrando uma recuperação, afirma Martins.

A perspectiva para este ano, segundo o presidente do IVC, é "claramente de crescimento".

Mesmo com a internet ganhando espaço entre os leitores, o avanço dos jornais populares, que sustentaram o crescimento da venda de jornais nos anos anteriores à crise, vai garantir o aumento na circulação, diz Martins: - O índice de leitura no Brasil ainda é baixo. Há um potencial de leitores a ser aproveitado no Brasil.

Na comparação da circulação dos mesmos títulos que existiam em 2008 (94 jornais), a queda da circulação foi de 4,7%. Mas em dezembro, a redução ficou em 3% em dezembro, mostrando também a recuperação no fim do ano.

Importação da China sobe 85% em janeiro e exportação, 21%

O Estado de S.Paulo - 11/02/2010

As exportações da China cresceram 21% em janeiro, enquanto as importações deram um salto de 85,5%, graças ao aumento da demanda do país e à elevação dos preços das commodities no mercado internacional.

A forte alta das importações também foi influenciada pelo fato de que em 2008 o feriado do ano novo chinês caiu no mês de janeiro, o que reduziu as operações naquele período. Ainda assim, o resultado ficou acima do que previam grande parte dos analistas e bancos de investimentos e é um indício de que a recuperação chinesa está estimulando a atividade econômica em outras regiões.

As exportações do Brasil para o país asiático, por exemplo, tiveram alta de 60,3% no mês passado, para US\$ 1,1 bilhão, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A expansão foi provocada pelos maiores embarques de petróleo, cobre, aviões, plásticos, produtos siderúrgicos, carnes, couros e peles.

Depois de 13 meses de queda, as exportações chinesas registraram a primeira alta em dezembro, de 17,7%. No ano, os embarques caíram 16%, para US\$ 1,2 trilhão, valor suficiente para colocar o país asiático no primeiro lugar entre os maiores exportadores do mundo.

O crescimento de 21% de janeiro deverá fortalecer a pressão internacional para que a China valorize sua moeda, o yuan, em relação ao dólar. A cotação está estacionada em 6,83 yuans por dólar desde meados de 2008, quando os exportadores chineses começaram a enfrentar dificuldades em razão da alta de custos internos e do início da retração da demanda internacional.

A maioria dos analistas prevê que Pequim irá retomar a trajetória de valorização da moeda neste ano, mas poucos acreditam que isso ocorrerá antes do segundo trimestre. Ainda assim, nenhum deles espera uma valorização superior a 6% no ano.

Pequim tem a seu favor o argumento de que seu superávit comercial com o restante do mundo está encolhendo e ficou no mês passado em US\$ 14,2 bilhões, cerca de um terço dos US\$ 39,1 bilhões registrados em igual período de 2009.

A economia chinesa cresceu 10,7% no último trimestre de 2009 e fechou o ano com expansão de 8,7%, graças ao massivo pacote de estímulo anunciado pelo governo em novembro de 2008, menos de dois meses depois da explosão da crise financeira global.

Os recursos do estímulo foram injetados na economia por meio de empréstimos bancários, que tiveram alta de US\$ 1,4 trilhão em 2009, valor que representa cerca de um terço do PIB do país.

A expansão do dinheiro em circulação na economia provocou temores de alta da inflação, que foi de 0,6% em novembro e 1,9% no mês seguinte. Anteontem, o presidente do Banco do Povo da China, Zhou Xiaochuan, afirmou que a alta de preços ainda está em patamar baixo.

Folha de S.Paulo 11 02 2010

Petrobras desiste de projeto na Venezuela

Estatual conclui que investimento em óleo ultrapesado em Carabobo não apresenta viabilidade satisfatória

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO
FABIANO MAISONNAVE
DE CARACAS

A Petrobras diz ter concluído que o investimento na exploração das reservas de óleo ultrapesado de Carabobo, na faixa do rio Orinoco, na Venezuela, não apresenta viabilidade econômica satisfatória e desistiu de participar do processo de seleção do governo Hugo Chávez para a escolha das empresas estrangeiras parceiras do projeto.

Dois consórcios disputam os três blocos ofertados pela Venezuela em Carabobo. Um é formado pela Chevron, por três empresas japonesas e pela Suelopetrol; o segundo tem a participação da espanhola Repsol, da Petronas (Malásia) e da ONGC (Índia). A estimativa oficial é que haja 25 bilhões de barris de petróleo recuperáveis. As reservas brasileiras, sem o pré-sal, são de 14 bilhões. O anúncio seria feito ontem à noite em Caracas.

Desde 2005, a estatal brasileira avaliava as reservas, cujo investimento seria uma contrapartida na entrada da venezuelana PDVSA na refinaria de Pernambuco.

"Fizemos uma avaliação, e a conclusão foi que economicamente não era interessante [investir em Carabobo]. A área de exploração e produção da companhia tinha outros projetos mais interessantes, como o pré-sal. Então, declinamos de Carabobo. A nossa participação não se mostrou viável", disse à Folha Paulo Roberto Costa, diretor de Abastecimento da Petrobras.

O executivo disse que, de fato, o investimento era uma contrapartida ao ingresso da PDVSA no capital da refinaria de Pernambuco -da qual a empresa terá 40%. Mas a saída da Petrobras, avalia, não impede a participação da estatal venezuelana no projeto.

Até agora, todos os investimentos estão a cargo da Petrobras, que já desembolsou US\$ 1 bilhão no projeto, especialmente em terraplanagem e na compra de equipamentos.

Costa disse que foram firmados estatuto e acordo de acionistas com a PDVSA para criar a empresa que vai gerir a refinaria. Há, porém, dois entraves: um acerto de contas com a estatal venezuelana -que tem de aportar US\$ 500 milhões referentes aos investimentos já realizados- e a negociação do empréstimo com o BNDES.

Segundo o executivo, a Petrobras acertou empréstimo de R\$ 9 bilhões com o BNDES, mas a PDVSA tem de arcar com 40% do valor do financiamento e apresentar as garantias referentes a essa parcela -o que não ocorreu até agora.

Segundo a **Folha** apurou, a Petrobras está insatisfeita com a regulamentação venezuelana para o setor petroleiro, que, desde 2006, dá à PDVSA a participação majoritária do setor. Com isso, a Petrobras teve de ceder o controle de quatro empresas que tinha no país. Desde então, vários projetos, principalmente na área de gás, foram cancelados ou paralisados.